



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital n°: **0011309-81.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **MARIA DE FÁTIMA FEITOSA MORATO**
 Requerido: **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - CPFL**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei n° 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora almeja à condenação da ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em retirar às suas expensas um poste de sustentação à rede elétrica que se encontra no meio da entrada do imóvel em que reside, já que isso causa dificuldades para a entrada e saída de veículos, restringindo o uso da garagem.

A pretensão deduzida está amparada na Lei Estadual n° 12.635/07, a qual não é inconstitucional porque não regula matéria de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Somente se tal sucedesse seria possível cogitar de vício a propósito.

Não obstante, e preservado o respeito aos que perfilham tese contrária, entendo que seria imprescindível que o autor demonstrasse que a construção do imóvel em que reside, e especialmente tal como mostrado nas fotografias de fls. 15/16, antecedeu à instalação do poste cuja mudança se tenciona.

Somente assim se renderia ensejo à obrigação da ré, como já se manifestou reiteradamente o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

“Apelação. Ação de obrigação de fazer com pedido de indenização por danos morais. Remoção de poste de energia elétrica instalado defronte à residência do autor. Circunstância preexistente à implantação do conjunto habitacional, bem como da construção da casa e da garagem. Restrição ao direito de propriedade não configurado. Despesa com esse procedimento que deve ser suportada pelo proprietário do imóvel. Admissibilidade. Questão de interesse particular. Sentença de improcedência mantida. Recurso denegado” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0008930-97.2007.8.26.0022, rel. Des. **AMORIM CANTUÁRIA**, j. 18.09.2012)

“Obrigação de fazer. Remoção de poste de iluminação. Apelante adquiriu o imóvel quando o poste já existia no local. Construção da garagem ocorreu após. Pretensão do recorrente para a mudança do poste deve ocorrer com o correspondente pagamento das despesas. Apelada exerce regular direito, pois o poste se encontra no local há longo tempo mediante a autorização da prefeitura municipal. Questões outras expostas pelo recorrente, como condição sócio-econômica, não têm pertinência com os pontos controvertidos. Apelo desprovido” (TJ-SP, 4ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 990.10.019.145-4, rel. Des. **NATAN ZELINSCHI DE ARRUDA**, j. 27.05.2010)

“Obrigação de fazer. Poste por onde passa fiação aérea colocado na frente de imóvel. Pagamento pela remoção que compete à parte interessada. Recurso provido para julgar improcedente a ação. Com efeito, a ação foi aforada na linha de imaginária obrigação de fazer. Porém, há uma servidão de passagem aparente e pelo que se deflui do contexto do caderno processual, é longa, inclusive anterior à própria aquisição do imóvel.” (TJ-SP, 35ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 940983-0/0, rel. Des. **ARTUR MARQUES**, j. 07.08.2006).

Na hipótese dos autos, extrai-se do próprio relato de fls. 01/02 que quando a autora adquiriu o imóvel, em 2011, o poste já estava instalado no lugar em que se encontra.

Nada aponta, aliás, para direção contrária.

É forçoso reconhecer a partir disso que não assiste razão à autora na formulação de seu pleito porque falta respaldo à obrigação de fazer por parte da ré.

Por fim, não vislumbro no custeio pela autora dos custos da remoção postulada qualquer desrespeito a “princípios da cooperação e da boa-fé”, como declinado a fl. 02.

A improcedência da ação é bem por isso medida que se impõe.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixou de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 25 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**